



A gestão do próprio trabalho e vida: uma discussão sobre “empreendedorismo” e gênero a partir de duas trajetórias socioprofissionais¹

Tarcísio Perdigão Araújo Filho²

Isabel Pauline Hildegard Georges³

Resumo: Este artigo propõe discutir os temas do “empreendedorismo” e gênero a partir das trajetórias de duas trabalhadoras, moradoras de periferias em São Paulo e Belo Horizonte. O traçado de suas inserções profissionais em setores clássicos da economia popular brasileira – comércio ambulante e costura – torna-se fio condutor para discutirmos sobre *agência social* e relações de gênero

1 Uma versão inicial deste texto foi apresentada no 44º Encontro Anual da ANPOCS, SPG18 – Economias populares, processos de regulação e desigualdades. Financiamento: Bolsa de doutorado FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), processo número: 2017/02638-3; Projeto de pesquisa CNPq-IRD “As novas configurações do trabalho e trajetórias de inserção de populações de baixa renda”, 2007-2011, coord. Márcia de Paula Leite (Unicamp) e Isabel Georges (IRD); Projeto de pesquisa CNPq-IRD “A nova gestão da questão social no Brasil: entre participação e mercantilização”, 2011-2015, coord. Jacob Carlos Lima (UFSCar) e Isabel Georges (IRD); Projeto de pesquisa Agence Nationale pour la Recherche Les Suds II (ANR Les Suds II – Latinassist), “Offre institutionnelle et logiques d’acteurs : femmes assistées dans six métropoles d’Amérique latine”, 2011-2014, coord. Bruno Lautier, Blandine Destremau, Isabel Georges

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – tarcisioperdigao@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-2446-2296>

3 Institut de Recherche pour le Développement (IRD) – Développement et Sociétés (DEVSOC) – Nogent-sur-Marne – França – Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – isabel.georges@ird.fr – <https://orcid.org/0000-0002-8789-1912>

diante de uma normalização das instabilidades da vida. Observamos que as mulheres operam um deslocamento da noção corrente de “empreendedorismo”, ultrapassando a dimensão do trabalho nas suas diversas formas.

Palavras-chave: empreendedorismo; trabalho autónomo; relações de género; análise de trajetórias; economia popular

Work and life management: a discussion on “entrepreneurship” and gender from two socio-professional trajectories

Abstract: *This article aims to discuss “entrepreneurship” and gender based on the life trajectories of two female workers, residents of the peripheries of São Paulo and Belo Horizonte. The tracing of their professional insertions within classic sectors of the Brazilian popular economy – street commerce and sewing – becomes a thread to approach social agency and gender relations in the context of the normalization of instabilities of life. In analysing womens narratives on their own paths we observe a displacement of the current notion of “entrepreneurship” transcending the dimension of work in its various forms.*

Keywords: *entrepreneurship; work and self-employment; gender relations; analysis of socio-occupational trajectories; popular economy.*

Gestionar el propio trabajo y la propia vida: un debate sobre el “empreendedorismo” y el género desde dos trayectorias socioprofesionales

Resumen: Este artículo propone discutir “empreendedorismo” y género a partir de las trayectorias de dos trabajadoras, habitantes de las periferias de São Paulo y Belo Horizonte. El rastreo de sus inserciones profesionales en sectores clásicos de la economía popular brasileña – la venta ambulante y la costura – se convierte en un hilo conductor para discutir la agencia social y las relaciones de género frente a la normalización de las inestabilidades de la vida. Observamos que las mujeres operan un desplazamiento de la noción actual de “empreendedorismo”, más allá de la dimensión del trabajo en sus diversas formas.

Palabras clave: empreendedorismo; autoempleo; relaciones de género; análisis de trayectorias sociolaborales; economía popular.

Introdução

Este texto se propõe a discutir o cruzamento dos temas do trabalho por conta própria e gênero a partir da análise de trajetória de duas trabalhadoras oriundas dos meios populares, moradoras de periferias em Belo Horizonte e São Paulo, aqui nomeadas como Ruth e Carla. Em meio à reinvenção permanente de suas vidas, e das suas formas contínuas de reorganização nas suas diversas dimensões fundamentais (inclusive entre a vida e a morte), o percurso de suas inserções profissionais se torna o fio condutor para entender facetas pouco iluminadas da sociabilidade urbana, identificadas nas interseções entre o mundo do trabalho e a vida familiar. Assim, visamos ressaltar nuances importantes de diferentes entradas para o trabalho autônomo que, no contexto do capitalismo neoliberal extremado, vincula-se, não raro, à genérica noção de “empreendedorismo”.

Para isso, abordaremos a agência social diante da normalização da instabilidade na vida. Esta normalização surge frente a um estado das relações capital-trabalho – para retomar esta categorização marxiana fundamental – em que o questionamento e a negociação (coletiva) das condições desse “fato consumido” não parece (mais) fazer parte do horizonte de ação desta fração dos trabalhadores, ou da classe trabalhadora. Por essa perspectiva, observamos um deslocamento, por parte das mulheres, da percepção de suas ações decisivas, extrapolando a dimensão do trabalho em sua acepção convencional, vinculada à perspectiva masculina dominante. Exploraremos esse ponto de vista situado, tematizando a construção do gênero feminino através da mediação entre as diversas esferas da (re)produção da vida. Por esse viés, é interessante lembrar a diferenciação proposta entre as desigualdades frente à vida “biológica” (em termos da capacidade dos sujeitos de se manterem vivos) e à “experiência de vida”, ou seja, o “como vivemos”, proposta por Fassin (2018)⁴. Não se trata de nos limitarmos ao desvendamento das desigualdades frente às diferentes esferas sociais, mas, também, questionar os modos de vida; nessa direção, gostaríamos de propor algumas reflexões.

Dentre os variados materiais empíricos, as entrevistas em profundidade, voltadas à reconstituição das trajetórias de vida e origem familiar, são o recurso mais central para elaboração das análises em tela. Elas foram realizadas com interlocutoras que já haviam criado vínculo com os pesquisadores antes das

4 Argumento também apresentado na aula inaugural no *Collège de France*, em janeiro de 2020, em Paris, intitulado “*L'inégalité des vies*”. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xOKTo44ZKLU&t=1162s&ab_channel=Coll%C3%A8geDeFrance>. Acesso em: 26 out. 2020.

entrevistas, o que propiciou tanto maior densidade descritiva quanto analítica. Além disso, suas histórias apresentam, de forma emblemática, a articulação entre esferas, um fato geral que ultrapassa a singularidade desses dois casos, tornando-se meio para refletir sobre como as políticas sociais podem se tornar um constrangimento complementar às demais adversidades vividas.

As trajetórias de vida que constituem as tramas deste artigo fazem parte de dois corpos distintos de dados de pesquisa, compostos, além das entrevistas, por observação participante, análise documental, entre outras fontes de dados qualitativos. A primeira pesquisa, realizada entre 2014 e 2021, visa à compreensão do universo do comércio ambulante em Belo Horizonte, bem como suas formas contemporâneas de controle e regulação. Já a segunda tem como objeto de análise as políticas de saúde e de assistência na cidade de São Paulo, e foi realizada entre 2008 e 2014 (Georges e Santos, 2016). Considerando-se que partem de diferentes questões de pesquisa, o cruzamento de seus resultados tem se mostrado um mote profícuo para as reflexões em torno do tema do trabalho – em sua acepção ampliada – nos meios populares urbanos desde uma perspectiva multi-escalar⁵.

5 A perspectiva multi-escalar significa se interessar tanto pela construção das subjetividades dos atores (pertencentes a diferentes níveis hierárquicos e/ou atrelados a diferentes setores/instituições/grupos sociais, sejam elas centrais ou adjacentes ao interesse de pesquisa); assim como pelo sentido mais amplo de contribuição para as formas de operacionalização, seja de processos de trabalho, ações estatais, programas sociais, desde o âmbito local, mas compreendidas, por sua vez, como uma dimensão das conjunturas e dinâmicas diversas (políticas, sociais, mercantis, etc.), observáveis em níveis regionais, nacionais e global, que se cruzam mutuamente conforme relações de poder variáveis ao longo do tempo e do espaço, e dos atores em foco (Georges e Rizek, 2016). Já no campo das políticas de saúde e de assistência, mais concretamente, essa perspectiva articula a compreensão da construção das subjetividades dos trabalhadores de diversos níveis hierárquicos e estatutos frente à instituição, pelas diversas entes das cadeias de terceirização, pelas políticas entrecruzadas em diversos níveis administrativos e territoriais, pelos mecanismos da democracia representativa e participativa, assim como pelo sentido mais amplo de contribuição de suas formas de operacionalização em âmbito local, para com a conjuntura local e nacional, assim como por seu atravessamento por dinâmicas e tensões mundiais, como, por exemplo, a penetração do mercado de saúde por grandes conglomerados internacionais, mas também a circulação de certos modelos e formatos de políticas sociais (Georges e Santos, 2016). Já no campo de estudo sobre o comércio popular, a perspectiva multi-escalar permite a compreensão dos modos de organização e funcionamento das diferentes modalidades de comércio, seja na rua ou em espaços fechados; seja entre os vendedores clandestinos ou licenciados; assim como as interações estabelecidas junto a outros participantes da cena local, como os agentes que atuam diretamente no controle e regulação destas práticas. Leva-se em conta, portanto, desde o nível das interações e construção das subjetividades destes atores, passando pela conformação de circuitos mercantis (nas fronteiras do legal e do ilegal), possibilidades diversas de trabalho e outros fatores da sociabilidade popular que extrapolam as dinâmicas locais. Isto é, considera-se os circuitos transnacionais de importação de mercadorias; as redes empresariais que estabelecem parcerias com prefeituras por todo o Brasil em nome de uma “solução” ao comércio ambulante; a formação de mecanismos de regulação e políticas de revitalização urbana influenciadas, por sua vez, por correntes políticas de abrangência nacional e global, a circulação de tecnologias sociais de gestão urbana, etc. Resumidamente, o sentido político de nossos objetos empíricos circunscritos ultrapassa, e de longe, a escala local e/ou nacional, da mesma forma como está sendo captado por dinâmicas transversais. Essa abordagem teórico-metodológica, inspirada do antropólogo George Marcus (1995), supõe a ideia de seguir o objeto de pesquisa para identificar as suas relações e inserções nos seus níveis pertinentes para entendê-lo.

Ruth é uma das principais interlocutoras da pesquisa sobre o comércio ambulante em Belo Horizonte. Se somente a partir de 2017, aos 53 anos, passou a assumir o trabalho nas ruas como sua atividade principal, atuando como “caixeira”⁶, a prática do comércio ambulante parece permear toda sua trajetória, desde a infância. Adquiriu certa popularidade em 2018, quando apareceu em uma reportagem de um canal televisivo local que cobria ações de fiscalização. Aos prantos, enquanto via suas mercadorias serem apreendidas pelos funcionários da prefeitura, fez um desabafo sobre o sofrimento dos trabalhadores e trabalhadoras das ruas. Após a transmissão, o vídeo viralizou pelas redes sociais.

Carla, à época de sua primeira entrevista, em 2008, realizada em seu local de trabalho, atuava como Agente Comunitária de Saúde (ACS) no posto de saúde João Paulo II (Unidade Básica de Saúde – UBS), no bairro Cidade Tiradentes. Três anos depois, na ocasião da segunda entrevista ocorrida em seu domicílio, no mesmo bairro, já trabalhava como técnica em farmácia em uma unidade de Pronto Atendimento (PA). Essas entrevistas se integram em um estudo que buscou compreender os mecanismos de funcionamento dos serviços de saúde e assistência no contexto das assim chamadas “novas” políticas sociais⁷, a partir das experiências de suas trabalhadoras e beneficiárias. A novidade trazida por esses programas diz respeito ao suposto rompimento com a lógica assistencialista. Aproveitando-se das organizações territoriais e familiares das periferias, os assistidos são incentivados a participar do próprio desenvolvimento, tornando-se corresponsáveis por ele (Destremau e Georges, 2017). A exemplo do percurso de vida de Carla, há uma linha tênue entre a circunstância de “trabalhar nas pontas” dos programas e a condição de ser “beneficiária” (Georges e Santos, 2016)⁸.

A despeito de suas diferentes ocupações, Ruth e Carla são de gerações próximas. Tendo nascido, respectivamente, nas décadas de 1960 e 1950, suas trajetórias perpassam a Ditadura Militar, o processo de redemocratização e o período de governo federal petista. Além disso, trata-se de mulheres negras (mães e esposas), de origem popular, moradoras das periferias de metrópoles brasileiras que, portanto, conduziram suas vidas figuradas em “lugares sociais” similares,

6 Em Belo Horizonte, são chamados “caixeiros” os ambulantes que, fazendo uso de caixas de isopor sobre carrinhos de mão, vendem bebidas (refrigerantes, água, cerveja) em eventos festivos realizados nos espaços públicos.

7 Principalmente o Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

8 No sentido do que as trabalhadoras são as primeiras “beneficiárias” dos programas; trabalhadoras e beneficiárias moram nos mesmos territórios e as fronteiras da instituição são porosas, observam-se carreiras informais de beneficiárias, passando pelas “oficineiras” até trabalhadoras, no caso dos programas assistenciais (Georges e Santos, 2013).

tornando a comparação oportuna. Se o paralelo entre as histórias permite a identificação de pontos em comum, os pontos divergentes, de certa forma, complementam-se à compreensão das contingências e estratégias guiadas por mulheres “chefes de família” ao longo de suas vidas. Elas passam pelas inserções no trabalho (entre atividades autônomas ou assalariadas), pela relação com o Estado (em especial as políticas sociais) e sempre de modo imbricado à construção dos papéis de gênero.

Nesse sentido, partimos de duas hipóteses fundamentais: por um lado, (1) as mulheres desenvolvem estratégias de mediação entre diferentes esferas de necessidade de forma que se apropriam de seus significados; e, por outro lado, (2) as reconstruções dos variados tipos de adversidades – como a profissional, a busca por moradia ou o acesso à saúde pública – são balizados pela construção de gênero quando implicados nos papéis exercidos dentro de seus grupos familiares⁹.

Breves considerações sobre “trabalho por conta própria” e gênero

De modo precursor no Brasil, Prandi (1978) se debruçou no estudo dos “trabalhadores por conta própria”. Segundo ele, a categoria reuniria uma ampla gama de trabalhadores, situados em diversos tipos de atividades, e que escapariam ao modelo ideal de regime salarial. Incluiriam desde as ocupações típicas dos meios populares, como os prestadores de serviços, artesãos, pequenos comerciantes (como os ambulantes), até os “bem sucedidos economicamente”, como os profissionais liberais e os técnicos autônomos qualificados. Segundo sua definição, trata-se de trabalhadores para os quais:

o desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria – a que se alia, muitas vezes, o uso de força de trabalho de membros da família –, necessitando de baixa ou quase nula capitalização (: 25).

Ainda que não nos interessemos em apreender o “trabalho por conta própria” como uma categoria em si, principalmente enquanto contraste à forma salarial convencional, a definição proposta por Prandi (1978) é esclarecedora. Em primeiro lugar, porque não exclui a importância da família como uma espécie

9 Neste texto, privilegiamos estas duas dimensões de análise. Todavia, elas estão atravessadas por outras, como a interpenetração de diferentes tipos de mercado (político, religioso, de trabalho, de “ilegalismos” etc.) e de “instâncias” (ou regimes) de governo (Feltran, 2011).

de extensão à atividade economicamente individual¹⁰. E, em segundo lugar, porque abarca uma variedade de atividades que se enquadrariam neste grupo amplo, inclusive podendo ser articuladas entre si, conformando combinações fundamentalmente heterogêneas de busca por renda.

Já o argumento de Oliveira (1987) em *Crítica da Razão Dualista* aponta para o caráter estrutural dessa heterogeneidade, necessária à forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil. O autor afirma que a unidade da exploração capitalista inclui toda a classe trabalhadora e não somente a parcela dos trabalhadores institucionalmente considerados ativos. Mesmo as formas de trabalho tidas como não-tipicamente capitalistas ou “arcaicas” – como os pequenos serviços, o comércio ambulante, ofícios populares – estão subordinadas à lógica do capital, na medida em que rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho; e que os chamados setores “modernos” e “arcaicos” da economia estabelecem não uma linha de progressão entre passado e futuro, mas se articulam em relação de dependência. Portanto, não somente a manutenção, mas a ressignificação das subalternidades, são próprias ao desenvolvimento capitalista e encontraram, sob o advento do neoliberalismo, sua forma radicalizada (Oliveira, 2003).

A reprodução social no Brasil, em uma realidade muito distante do que as linhas divisórias buscam explicitar (formal e informal; tradicional/arcaico e moderno), seguiu, em grande medida, calcada na “viração”. A “mobilidade lateral” típica do trabalhador urbano deflagra um *continuum* entre ocupações e oportunidades de renda que se fazem ora próximas ora distantes da forma emprego. Incluem às trajetórias populares comuns um trânsito entre bicos, os pequenos negócios e mesmo atividades que carregam consigo uma indiscernibilidade entre trabalho e não-trabalho (Telles, 2006; Rizek, 2006; Freire da Silva, 2011; Abílio, 2018). Ou seja, um expediente de circulação que cobra dos trabalhadores e trabalhadoras a necessidade de constante autogerenciamento, tornando cada vez mais comum a condição de trabalhadores em condição *permanentemente provisória* (Druck e Oliveira, 2008). No âmbito do capitalismo globalizado, essa “nova” informalidade não mudou de conteúdo, mas ganhou em centralidade (Pérez-Sainz, 1995; Lima, 2013).

Emerge em paralelo a essas transformações a ressignificação da situação de desemprego e a normalização do risco e da insegurança prolongados (Machado da Silva, 2002), elementos esses que conformam uma nova cultura do trabalho, alcançando trabalhadores de diferentes setores e classes sociais (Lima, 2010;

10 De forma análoga ao que concluiu Lautier (1994) em sua caracterização da economia informal.

Rangel, 2015; Rosenfeld, 2015). Nesse sentido, se a noção de trabalho informal era, anteriormente, compreendida como sinônimo de atraso econômico, passa a ser reinterpretada através de seu “potencial criador vinculado à predisposição individual ao risco e à inovação” (Lima, 2010: 161).

Se confirmamos a constatação de que o mundo do trabalho está cada vez menos pautado nas regularidades dos disciplinamentos impostos pelas formas de emprego (Supiot, 2000), isso também significa que os tempos da vida privada e os tempos do trabalho tendem a se reordenar. Em especial para as mulheres, isso segue em disputa por exemplo nas delimitações sobre o trabalho reprodutivo e na naturalização da acumulação de jornadas duplas ou triplas. A invisibilidade do trabalho feminino tampouco se restringe ao domínio da reprodução (Abreu e Sorj, 1993), mas se estende às atividades produtivas tipicamente atribuídas às mulheres. Incluem-se atividades consideradas tradicionais, e ocupadas majoritariamente no Brasil por mulheres negras, como o emprego doméstico (Dieese, 2020), as confecções caseiras (Machado da Silva, 1979), o comércio ambulante (Itikawa, 2016); mas também a partir de ressignificações contemporâneas ao “trabalho por conta própria”, como a noção de “empreendedorismo feminino” que parece, justamente, ressignificar antigas precariedades típicas do trabalho historicamente atribuído às mulheres (Acquaro, 2018; Sabino e Abílio, 2019).

Por fim, conforme ressalta Abílio (2018: 57): “a flexibilização que hoje reconhecemos como processos e tendências em curso nas últimas décadas, que atravessam as relações de trabalho de cima para baixo, globalmente, são generalizações ampliadas das características que são constitutivas do trabalho feminino das mulheres periféricas no modo de produção capitalista”¹¹.

Trajetória de Ruth

Ruth, nascida em 1964, negra, casada e mãe de dois filhos. Ela é a primogênita de uma família de oito filhos: quatro homens e quatro mulheres. Apesar de nascida em Belo Horizonte, onde mora atualmente, sua origem familiar está no interior do estado. Pode-se dizer que seus pais traçaram uma trajetória “típica” dos migrantes da classe trabalhadora que povoaram a capital mineira nas décadas de 1950 e 1960.

11 Da mesma forma, as pesquisas sobre a instrumentalização das desigualdades pelo capitalismo “à brasileira” (Oliveira, 1987) deixaram por fora da análise formas históricas do trabalho feminino informal (Georges, 2015).

Seu pai é original de Conceição do Serro (MG). Migrou para Belo Horizonte logo aos 12 anos, após uma briga com os pais. Chegou à cidade sem ter moradia ou maneira de se sustentar, mas rapidamente foi incorporado como ajudante na construção civil, em uma época de forte urbanização de Belo Horizonte, a década de 1950. Como era comum aos jovens imigrantes na época, trocava seu trabalho por comida e abrigo nos próprios canteiros de obra. Tendo trilhado uma carreira de vida toda como pedreiro (via de regra como assalariado), nos períodos de hiato entre empregos, atuava como vendedor ambulante, vendendo principalmente quitutes doces e café. Ruth conta:

Essa coisa de trabalhar na rua sempre foi presente na minha vida. Desde pequena eu já via meu pai trabalhar. Já sofria as mesmas dificuldades, já eram os mesmos problemas... os problemas com a fiscalização... e ele trabalhou bastante tempo. Lembro d'ele chegar em casa chorando, chateado porque tinha perdido tudo. Então é uma coisa que eu não sonhei pra mim. Nunca quis. Nunca me imaginei trabalhando na rua. Mas devido as dificuldades que a gente sempre enfrentou...

Nascida em uma cidade da região Leste do estado, a mãe de Ruth chegou a Belo Horizonte aos 16 anos de idade. Foi acolhida por sua irmã mais velha que já atuava estavelmente como empregada doméstica e a indicou para trabalhar em outra casa da mesma família extensa. Este foi seu primeiro e único emprego: trabalhou para uma mesma família das classes altas por 40 anos. Desde tenra idade, Ruth acompanhava a mãe no trabalho e conviveu de perto, durante muitos anos, com a família dos patrões.

Por ser a filha mais velha, ainda criança, foi posta pelos pais a se responsabilizar por várias tarefas domésticas, inclusive atuando de forma direta na criação dos irmãos mais novos. Da mesma forma, Ruth também começou a trabalhar fora de casa logo aos 13 anos: junto a um irmão três anos mais novo, vendiam frutas em uma esquina do Centro de Belo Horizonte. A primeira experiência como ambulante foi decorrente de uma “crise familiar”, quando seu pai foi internado em um hospital psiquiátrico. A condição de saúde mental, agravada pelo alcoolismo, culminou no início de um longo tratamento manicomial que o descapitou a seguir cumprindo o papel de provedor principal da família. A partir daquele momento, recaía principalmente sobre a mãe e os filhos mais velhos a responsabilidade pelas contas da casa, da mesma forma que também compartilhavam a tarefa do cuidado com o pai doente.

Sua primeira e precoce experiência de trabalho nas ruas não durou muito tempo. Aos 14 anos, Ruth se mudou para Brasília, levada por uma tia que também é sua madrinha de batizado, a mesma que havia recebido sua mãe em Belo Horizonte. Ela também ajudou seu sobrinho mais novo. Conseguiu a ele um emprego como *office-boy* na Fundação João Pinheiro, instituição em que seu patrão ocupava um cargo de direção. Em Brasília, Ruth voltou a estudar e se manteve trabalhando (com carteira assinada) em uma creche de alto padrão, voltada às famílias de políticos e homens de negócios. Empregada durante os quatro anos em que lá viveu, comprometeu-se a enviar regularmente ajuda financeira à família.

O seu regresso a Belo Horizonte, em 1982, aos 18 anos de idade, foi motivado por pressões familiares. Após um parto, sua mãe sofreu uma eclampsia e permaneceu internada no hospital, situação que demandou o retorno da filha mais velha ao posto de cuidadora. Além disso, de volta a sua cidade natal, passou a trabalhar como diarista em casas de família, serviço que foi relutante a aderir. A inserção foi propiciada e pressionada pela mediação direta de sua mãe, que conseguia transmitir as “boas referências” sobre a filha para famílias próximas às de seus patrões.

Casou-se em 1984, aos 20 anos de idade. Ruth chama a atenção para o caráter estratégico de seu casamento: poder sair da casa de seus pais se livrando do peso da responsabilização doméstica e da tarefa contínua de cuidado com os demais. Sair “com nome de casada”, carregaria um caráter mais honroso a sua decisão: “na época eu casei com ele para me livrar de problema de família.” Naquele período, também alterou sua atividade profissional. Deixou de trabalhar como doméstica para substituir um cozinheiro em um restaurante localizado em um bairro de classe média de Belo Horizonte, onde diz ter aprendido o seu ofício “real”, de cozinheira. Permaneceu nesse emprego por quatro anos e, a seguir, migrou para outros tipos de restaurantes e cozinhas.

Sobre a circulação entre variados empregos do ramo, ela diz:

Ruth – Emprego no Brasil nunca foi fácil, principalmente para negro. Então a gente teve sempre esta situação. A falta de oportunidade você sabe que é gritante, então eu nunca escolhi muito. Devido à necessidade, eu sempre pegava o que estava na frente, entendeu? Então eu trabalhei em casa de família, em restaurante, em hotel, em motel.

Em 1989, aos 25 anos de idade, enquanto estava empregada, engravidou pela primeira vez. No final da sua licença maternidade, decidiu pedir demissão para

cuidar da sua filha; e, no ano seguinte, teve seu segundo filho. Ao todo, permaneceu em casa durante quatro anos, dedicando-se à maternidade, enquanto o seu marido obtinha a renda como serralheiro autônomo.

No início da década de 1990, Ruth voltou a trabalhar fora de casa, quando apareciam boas ofertas de trabalho temporário em cozinhas, frequentemente substituindo algum funcionário fixo. Outra fonte de renda importante foi o comércio ambulante, em uma época de expansão acelerada dos mercados de rua no centro de Belo Horizonte (Jesus, 2011), impulsionada, entre outras razões, pela chegada de uma gama de produtos do Paraguai. Ruth passou a vender pequenas bugigangas importadas, como enfeites para casa e brinquedos, mas também frutas, panos de prato, doces ou o que parecesse uma oportunidade para “ganhar um dinheiro rápido”. Naquele momento, o comércio de rua começou a funcionar como uma importante válvula de emergência para os problemas financeiros da casa.

Ruth – Nas crises... sempre também tive essas coisas. Em época de carnaval, ou quando tinha evento no Centro, ou quando tinha época de crise, eu ia para a rua, trabalhar na rua [como ambulante]... até mesmo para aumentar a renda. Às vezes eu estava trabalhando só para aumentar a renda, outra hora eu estava desempregada mesmo e não tinha outro jeito.

Em meados da década de 1990, seu marido foi diagnosticado com depressão alcoólica. Descumprindo frequentemente seus compromissos como serralheiro, uma vez trabalhando por conta própria, colocava em risco a principal fonte de renda da família. Diante disso, Ruth é pressionada a se encarregar não somente do âmbito dos cuidados, tarefas domésticas, mas, a partir de então, também das contas da casa, dividindo seu tempo entre trabalhos em cozinhas e nas ruas, como ambulante.

Ruth – Acabei me tornando a chefe de família total. Além de cuidar da casa e dos filhos, ainda cuidava dele também. Eu não sei se foi comodismo meu, ou... tem aquela estrutura familiar que eu queria dar para os meus filhos. Eu tinha medo, não queria separar e ter que colocar um outro homem em casa, ter que relacionar com outro homem que não fosse o pai dos meus filhos, e quebrar a família. Eu tenho esse lado que é bem tradicional. Mas, enfim, eu não queria quebrar a família, eu não queria separar, sabe? Meio acomodada com a situação, comecei a carregar a família nas costas. Eu pensava assim: ‘deixa ele aí. O que vier dele é lucro. Eu vou viver como se ele não existisse. Vou cuidar dos meninos e da casa como se ele não existisse. Se ele fizer

alguma coisa, ótimo. Se ele não fizer, paciência.’ [...] No fundo, eu sempre sabia que eu ia dar um jeito, sabe.

Três anos após o nascimento do segundo filho, Ruth retornou à busca por empregos de carteira assinada. Não teve grandes dificuldades para conseguir outro emprego, entretanto, dado que agora tinha dois filhos para sustentar; ainda ocupando cargos subalternos, os salários não cobriam as despesas. Neste período, mesmo que “batesse ponto” em tempo integral, Ruth seguiu complementando a renda como vendedora ambulante.

Em 2001, Ruth criou um serviço de *buffet* em parceria com um amigo de infância que também era cozinheiro. No início, mantiveram-se em seus respectivos empregos e prestavam o serviço de *buffet* apenas nos finais de semana. Em curto período de tempo, a empresa deslanchou e seus serviços passaram a ser requisitados para grandes eventos, contando, nessas situações, com grandes efetivos de ajudantes contratados de forma temporária. O negócio correu bem por alguns meses; porém, ainda sem que estivesse formalizado, seu parceiro morre subitamente de pneumonia. Ele era portador do vírus da AIDS e mantinha isso como segredo. Sem tempo para o luto, Ruth então regressou ao mercado de trabalho novamente como empregada assalariada em cozinhas. Tendo enfrentado prejuízos financeiros importantes com o fim da pequena empresa, voltou também a complementar seu rendimento com o trabalho ocasional como vendedora ambulante. Ruth desabafou: “A gente teria ficado rico se não fosse essa maldita AIDS”.

Em 2006, Ruth, com 42 anos de idade, decidiu por uma segunda tentativa de empreendimento próprio: abre um restaurante *self-service*, utilizando o dinheiro que recebeu após a rescisão do seu último vínculo empregatício. O restaurante funcionava em instalações alugadas no bairro em que viviam. A experiência de dona de restaurante foi descrita como sua “realização” profissional: tinha funcionários e os clientes “chegavam a fazer fila”. Alega ter vivido “uma vida de classe média”, o que atribuiu ao relativo sucesso de seu empreendimento familiar, mas também ao momento político e econômico vivido no Brasil – no segundo mandato do governo Lula – em que, segundo ela, “foi bom para muita gente”.

Em 2007, seu marido foi diagnosticado com câncer no intestino, naquele momento já em estágio avançado. Os médicos do SUS afirmaram que o restaria três meses de vida e o ofereceram, como procedimento padrão da época, apenas um tratamento paliativo, que Ruth recusa. Ela aciona a justiça e consegue obter

uma ordem judicial para realizar o tratamento pelo SUS: o seu marido é submetido a quatro cirurgias, radiografias e quimioterapia; foi considerado curado sete anos mais tarde. No entanto, para realizar os tratamentos, e sobretudo para ter acesso a exames de acompanhamento, Ruth vai com o seu marido para São Paulo. Todo o seu tempo e ganhos financeiros do restaurante, que ela gere até ao seu encerramento dois anos mais tarde, foram dedicados ao tratamento da doença do seu marido. Nas palavras de Ruth:

Ruth – Quando eu penso que eu perdi esse restaurante para salvar a vida do meu marido... então assim, eu sinto uma gratidão muito grande por ter tido esse restaurante. Foi como se tivesse tido uma troca. Me dá essa restaurante que eu te devolvo seu marido. E a vida dele pra mim tem muito valor. A gratidão que eu tenho por ele é tão grande... eu sempre consegui as coisas com muita dificuldade... e aí tá, eu fui pra rua mas não fui me sentindo indigna, ‘ah, agora começar de baixo, não sei o quê...” Eu acostumei ter as coisas com muita dificuldade, e aí... E outra, nessa época, eu consegui, eu comprei... eu tenho meio lote lá no bairro Floramar. É uma casa em cima e em baixo tem uma loja grande que, depois que eu tive o restaurante, eu consegui ter um bar.

Enquanto Ruth “corria atrás” da aposentadoria por invalidez para seu marido, em 2009, quando ela tinha 45 anos, o casal abriu um bar, a ser gerido pelo marido (ainda em recuperação de sua doença), localizado em um bairro da periferia norte da cidade. Essa foi uma solução encontrada para além do trabalho assalariado de Ruth como cozinheira e da sua atividade ocasional como “caixeira”. Contudo, a acumulação de vários tipos de atividade ao longo do tempo, incluindo o emprego assalariado em dois turnos – noturno e diurno – leva Ruth a desenvolver doenças nas articulações superiores, e também passa a fazer uso de antidepressivos. Por conta de suas lesões, em 2009, é tida como incapaz para o trabalho pelo INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) e passa a receber um benefício como tal.

Durante um período, a família encontrou certa estabilidade financeira graças aos rendimentos fixos tanto o auxílio doença de Ruth, como a pensão por invalidez de seu marido. Enquanto isso, mesmo sofrendo com as dores nas articulações e tendo dificuldade para se movimentar pelas ruas com o carrinho de bebidas, Ruth se manteve atuando também como ambulante. Nos dias de semana, ajudava o marido no bar e, nos finais de semana e feriados, trabalhava como “caixeira”, seja em Belo Horizonte, seja viajando para cidades próximas. Tendo ocupado a função inicial de renda extra, o dinheiro vindo das ruas passou a

ganhar uma importância financeira cada vez maior na medida em que o bar passava a não render tão bem.

Em 2017, sem que esperasse por isso, Ruth perde o direito ao auxílio doença, supostamente porque não contribuiu para o fundo durante este período. A nova ruptura, agravada pelo fechamento do bar, provoca nova reconfiguração das estratégias familiares. Buscando se restabelecer no mercado, Ruth comparece em algumas entrevistas de trabalho para atuar como cozinheira; embora passasse pelos processos seletivos, foi por duas vezes considerada inapta na etapa do exame médico obrigatório às admissões.

Ruth se diz “mandada para a rua” pelo INSS. O termo escolhido por ela apresenta um sentido amplo. Refere-se, primeiro, a uma espécie de “demissão” de sua circunstância estável como beneficiária, situação espelhada à perda de um emprego protegido. Ao mesmo tempo, a “rua” representa também o comércio ambulante, atividade que, ao longo da vida, aprendeu a conceber como “saída de emergência” (Cabanes; Georges; Rizek e Telles, 2011) nos momentos de ruptura. A partir daquele momento, a despeito de suas lesões permanentes, o comércio de rua se torna assim a sua principal atividade. E, ainda, a perda do benefício também obrigou ao casal a sair de sua própria casa, já que não conseguiam mais suportar seus custos, completando um terceiro significado para o termo. Foram então acolhidos pela filha mais velha, já com 29 anos, que é solteira, com formação técnica em enfermagem, tem emprego estável e se dispôs a receber os pais em sua casa pelo tempo que precisassem.

Ajustes constantes entre trabalho, família e saúde

A reconstituição da trajetória de Ruth segue a mesma estrutura da narrativa que construiu sobre si durante a entrevista. As etapas de sua história são demarcadas por um ritmo de alternância de períodos de estabilidade ou de certa mobilidade socioeconômica. Os períodos de relativo sucesso, no entanto, são frágeis, comprometidos por eventos que parecem desfazer suas conquistas e a levarem à “estaca zero”. Se alguns desses eventos são significados, de início, como obras do acaso, tais como o câncer sofrido pelo marido, ou a morte súbita de seu sócio no *buffet*, outros são decorrências imediatas do modo de vida das classes trabalhadoras, como foi a doença mental e alcoolismo do pai, suas próprias doenças nas articulações, decorrentes do trabalho contínuo, pesado e repetitivo, bem como a eclampsia sofrida por sua mãe, se compreendida por seus efeitos imediatos. Como em outras situações posteriores, sem que houvesse outras fontes de amparo, o problema grave de saúde recaiu sobre Ruth (a

filha mais velha) para se dedicar às tarefas de cuidado. Isso ocasionou em uma reconfiguração drástica de seus percursos, logo no início da vida adulta, depois de já ter sido resgatada pela madrinha anos atrás.

Desde os problemas de saúde sofridos em seu próprio corpo ou pelos entes próximos, Ruth assume suas consequências diretas. Quando algum membro da família sofria com problemas de saúde, foi demandada a assumir a posição de cuidadora e, no limite, a posição de responsável por essas pessoas. Além disso, sistematicamente sacrificou seus planos individuais (carreira profissional, oportunidades de ascensão, empreendimentos) em nome da manutenção do corpo familiar.

A partir desta perspectiva, Ruth deu sentido à permeabilidade entre diferentes tipos de atividades econômicas, entre empregos (formais ou informais, mas via de regra precários) e atividades autônomas (seja impulsionado pela expectativa de ascender socialmente ou como recurso imediatista). A trajetória de Ruth demonstra como a elaboração das estratégias familiares sobrepujavam suas ambições profissionais, por mais que ela mesma fosse “economicamente ativa”, isto é, tenha traçado um percurso de trabalho também fora de casa.

Ruth elabora um senso de sucesso para a narração de sua trajetória com base em sua luta pela manutenção e sobrevivência da família, como ocorreu explicitamente quando se diz grata por ter trocado seu restaurante pela vida do marido. Embora pareça ser uma forma de dominação pura e simples, ela se apropria desta situação e converte o estigma para si própria, reforçando discursivamente o caráter de *decisão consciente* sobre suas ações. Pode-se ver nesta ressignificação a forma que encontrou para reivindicar a sua forma de “humanidade comum”, manifestando uma escolha deliberada pelos outros, quando ela poderia ter *agido de forma diferente*, privilegiando o seu empreendimento.

Ruth se apropriou dessas injunções contraditórias¹² que a fazem recomeçar, dissolve-as em uma inseparabilidade entre as esferas do trabalho e da família. Ela se assume como uma espécie de “guardiã dos corpos”, uma elaboração que a constrói enquanto sujeito e a confere recursos diante às adversidades que a fazem acumular atividades e recomeçar “de baixo” em várias ocasiões. Compreende assim a construção de plausibilidade de uma carreira na subalternidade do assalariamento, marcada, ao fim, por seu adoecimento (físico e mental); bem como nas eventuais falências de seus empreendimentos, não raro decorrente, como vimos, de causas aparentemente externas à sua capacidade individual de os conduzir. Igualmente, confere sentido a um modo de vida “no fio da navalha”

12 Entendemos por “injunções contraditórias” as contradições exercidas pelas pressões concorrentes para responder às necessidades diversas, como cuidar da saúde dos membros da família e produzir uma renda.

(para usar um termo de Lautier, 1994), típico do trabalho dos comerciantes ambulantes, especialmente agravado entre aqueles que, a exemplo de Ruth, trabalham sem permissão do poder público (ou “na tora”, como dizem em Belo Horizonte) (Araújo Filho, 2018; Rangel e Araújo Filho, 2021).

Trajetória de Carla

Carla, negra, nasceu em 1951 na cidade de São Paulo. Ficou órfã logo aos três anos de idade: sua mãe morreu de tuberculose; o pai tinha outra família e nunca participou de sua criação. A partir de então, foi morar com o avô materno em uma cidade do interior do estado. Ainda aos sete anos de idade, o avô morre; e Carla se muda de casa e de família de criação pela terceira vez. Dessa vez, retornou a São Paulo para ser criada por sua madrinha (confeiteira e artesã) e seu marido (motorista da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC), uma família branca. Na casa em que cresceu, convivia também com outros dois filhos do casal, além de uma filha de criação (“criada”¹³), na época responsável pelas tarefas domésticas. Todos os quatro tinham idades próximas.

Com dez anos de idade, em 1961, Carla começou a contribuir para a renda familiar, incentivada pela madrinha que a ensinou a costurar em casa. Em um ateliê, junto a outras crianças, era paga para confeccionar enfeites de pano para bonecas. Ficou neste trabalho até os 14 anos, ano de 1965, quando foi contratada em uma gráfica, seu primeiro emprego formal. Tendo sido criada para o trabalho, estudou até a quarta-série do ensino fundamental, fato que, segundo ela, condizia aos costumes da época: “eles achavam naquela época que mulher não precisava estudar né. Era aquela mente meio... né...”

Em 1973, com 22 anos, começou a namorar o seu atual marido. Antes do casamento, o relacionamento foi conturbado pela desaprovação de sua família e pela atitude controladora da madrinha que tinha atitudes racistas com seu companheiro, também negro. Em 1980, decidiram se casar, o que propiciou, finalmente, sua desvinculação da família de criação. Tanto ela quanto seu companheiro estavam empregados. Na época do casamento, ele era ajudante de funilaria em uma companhia de ônibus e ela seguia empregada na gráfica.

A primogênita do casal nasce em 1981. Em 1985, Carla se demitiu da empresa em que trabalhou por 17 anos, ao decidir se dedicar aos cuidados com a filha que, na época, completava quatro anos de idade. No momento da entrevista, em tom de arrependimento, Carla considerou que se demitiu de forma impulsiva:

13 Carla também era criada, mas não era responsável pelas tarefas domésticas e tem relações “de sangue” com a sua madrinha.

“Você vê como a gente faz burrice. Um emprego destes e eu pedi pra ser mandada embora”. Mesmo tendo alcançado cargo de gerência e um patamar salarial acima do esperado para trabalhadores sem qualificação (chegando a dez salários mínimos), alegou ter optado pela maternidade e especulou o que poderia ter acontecido em sua vida se tivesse seguido empregada: “Eu que saí de loucura, porque eu queria cuidar da minha filha [...] Olha a cabeça. Por isto que eu falo, a gente quando é jovem... Eu poderia ter me aposentado lá. Eu estava tranquila aposentada há muitos anos. E eu iria me aposentar com salário”.

Se a decisão de largar o emprego estável foi a princípio em nome da família, o recebimento dos benefícios do direito trabalhista de seus longos anos como assalariada poderia ter proporcionado à família o acesso à casa própria. Porém, os planos se frustraram quando foram surpreendidos pela demissão do marido na empresa de ônibus, pouco tempo depois.

Carla – Uma das maiores cabeçadas que eu dei foi assim. Eu recebi desta firma na época uns 20 mil. E eu queria comprar uma casa na Penha. Eu morava na Penha. E na Penha não dava pra gente comprar a casa. Eu vi pra comprar a casa em outro lugar. Então vou deixar o dinheiro pra aparecer e aí fomos gastando o dinheiro. Meu marido ficou desempregado, fomos gastando o dinheiro e não compramos nada.

A decisão de se afastar do emprego estável também estava associada a um plano de abrir um negócio próprio. Pouco tempo depois da demissão, aproveitou de sua reputação junto aos clientes que atendia e fundou uma microempresa de serviços gráficos, em parceria com uma amiga. Ainda que Carla tenha acumulado bastante experiência nesse ramo, ao longo de seus 17 anos como funcionária, sua primeira experiência como microempresária não foi bem sucedida: a empresa veio a falir apenas dois anos após sua abertura. Carla relata: “A gente não tinha experiência com empresa. Eu sempre fui empregada. E ela tinha, mas não tinha muito. Ela queria colocar [contratar] gerente para não ter que trabalhar. Ela achava que nós éramos patroas, donas (risos)”. Depois da primeira tentativa frustrada de gerir o próprio negócio, ficou desempregada durante três anos. Adaptaram o seu “padrão de vida” e o seu conjugue entrou em outro ramo de atividade: começou a trabalhar em uma marmoraria, ofício que realiza até os dias atuais na garagem de sua casa.

Em 1986, nasceu sua segunda filha e, em 1989, a terceira, ano em que decidiu se esterilizar, aos 38 anos de idade. Durante esse tempo, seu rendimento provinha de outro pequeno empreendimento. Articulada com uma colega, passou a

confeccionar sapatilhas customizadas à mão. Carla criava os modelos, comprava o material no centro de São Paulo e coordenava o serviço de bordadeiras contratadas por ela na zona leste; enquanto sua sócia se encarregava dos pedidos das clientes, em grande medida concentrados na Penha, bairro de classe média baixa da periferia Leste de São Paulo, onde moravam na época. Carla relata que, apesar do negócio ter andado bem por algum tempo, não conseguiu manter o equilíbrio das contas:

Eu vendia bastante, todo mundo pedia sapatilha pra mim e eu ganhava. Mas assim, eu não tinha organização e dei muita cabeçada. [...]. Comecei a desambar pra onde não devia. Eu tinha dinheiro, mas hoje eu tinha que comprar sapatilha, tinha que comprar... Quer dizer, eu tinha o dinheiro na mão, mas você não via lucro. Aí foi indo, foi indo e eu fui desanimando e fui deixando.

Foi apenas em 1991, com 40 anos de idade, que se reinscriu no mercado de trabalho assalariado, com “registro em carteira”, dessa vez como empregada de limpeza em um dos hospitais filantrópicos mais conhecidos de São Paulo. Conseguiu obter o trabalho graças a sua irmã, que ali trabalhava como recepcionista e a indicou. Durante o período em que esteve empregada no hospital, ela pôde se beneficiar da creche do hospital para a sua filha mais nova, o que tornava o emprego especialmente vantajoso para a rotina de Carla, embora julgasse que merecesse função mais adequada ao seu perfil do que a de limpeza. Passados três meses, ela conseguiu ser realocada de departamento após conquistar a confiança dos seus superiores que a transferiram para atuar como cuidadora na creche do hospital.

Em 1993, a família foi sorteada para receber uma casa pelo programa Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), localizada na Cidade Tiradentes, para onde se mudam. Até então, moravam de favor em uma casa do irmão de criação de Carla, uma vez que a renda do casal já não era mais suficiente para manter um contrato de aluguel. Dois anos depois da concessão da propriedade, Carla, com 44 anos, pediu demissão do hospital por ser muito distante da sua nova moradia. A decisão, no entanto, não foi tranquila. Abdicou de um trabalho estável cujo salário considerava suficientemente bom. Em suas palavras:

Carla – Aí mudei pra cá, fui atrás do meu marido e pedi pra ser mandada embora. O diretor lá falou pra mim ‘você sabe que idade a Senhora tem?’ ‘Tô com 41 ou 43’, acho que era esta a idade. ‘A senhora não vai mais conseguir emprego, a senhora tem certeza que quer sair? Olha que você vai se arrepender’. Eu falei ‘não’.

Neste período entre empregos, Carla retomou o ofício da costura para obter renda. Ainda bem situada nos fluxos produtivos do setor têxtil, sob encomenda, confeccionava em seu próprio domicílio acabamentos de bordado em vestidos de noiva. Foi apenas em 1998, aos 47 anos de idade, que conseguiu outro emprego, novamente em uma firma de acabamento gráfico, também em um bairro da zona leste de São Paulo. Já experiente no ramo, inseriu-se logo na função de encarregada, responsável pela coordenação de cerca de 40 empregados. Em comparação com o posto que havia alcançado em sua primeira e larga experiência nesse tipo de empresa, recebia então um salário irrisório (cerca de três salários mínimos), e ainda trabalhava sem registro na carteira. Ela chegou a pedir demissão da empresa por conta do salário insuficiente, mas recomeçou ainda durante o mesmo ano, a pedido da dona da empresa que era considerada uma pessoa amiga; mas também estava pressionada, sem vislumbrar outras alternativas de renda fixa na época.

Em 2001, após três anos como funcionária sub-remunerada, decidiu inaugurar outro empreendimento de serviços gráficos, aproveitando-se de sua reinserção no segmento. Dessa vez, apostou em uma parceria com uma prima, que havia guardado um “dinheirinho”, o que serviu para os primeiros investimentos. Como na primeira tentativa, o negócio durou pouco: fechou as portas após um ano de funcionamento, por falta de capital. Carla retomou, então, a busca por emprego.

No ano seguinte, em 2002, inscreveu-se em um programa público de promoção do emprego: o programa “Operação Trabalho”, implementado durante a gestão municipal de Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores – PT). Foi a partir dessa primeira ponte que Carla se inseriu nos circuitos de trabalho subalterno no setor público. Com o intermédio do programa, empregou-se primeiro como ajudante dos agentes de fiscalização da Companhia de Engenharia e Trânsito (CET), atuando no bairro Glicério, localizado na região central. Mesmo empregada, Carla se manteve atenta às possibilidades de mobilidade, já que o contrato de trabalho previa duração de apenas seis meses. Após quatro meses, mantendo-se na mesma organização, conseguiu ser recolocada como assistente de cozinha na cantina dos agentes de trânsito, em que se ocupou da gestão de compras e contabilidade. Antes do fim do contrato, ela já tinha passado no processo seletivo para trabalhar como agente comunitária de saúde na Unidade Básica de Saúde (UBS) João Paulo II em Cidade Tiradentes, no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF)/Estratégia Saúde da Família (ESF), a partir de instituições terceirizadas (Georges, 2011, Lima e Cockell, 2008).

Em 2004, aos 53 anos de idade, Carla retomou os estudos e, através do supletivo, concluiu o ensino médio. Para além do trabalho como agente comunitária de saúde,

realizou ainda algumas atividades informais que complementaram a renda principal, como a revenda de pijamas infantis para mulheres de seu bairro, comprados no distrito do Brás, o que a conferia comissão de 15% do valor das roupas vendidas.

Em 2008, aos 58 anos de idade, ela participou de um programa de formação contínua oferecido pela Organização Social (OS), entidade terceirizada contratante. Um ano depois, logo após completar o curso de qualificação na área de técnico de farmácia, Carla foi promovida, ao passo que também recebeu aumento salarial. Demitiu-se apenas em 2010, após oito anos atuando como agente comunitária de saúde. Em substituição, encontrou dois outros empregos como técnica em farmácias pelos quais, de forma combinada, passou a proporcionar à família uma renda mais elevada que antes. No ano seguinte, durante a segunda entrevista realizada em seu domicílio, ela trabalhava em um Pronto Atendimento (PA), encarregada da distribuição dos remédios para os internos.

Ajustes constantes entre trabalho, família e moradia

No universo das classes trabalhadoras brasileiras, no qual estas mulheres estão figuradas, a trajetória de Carla é a que apresenta a dinâmica com características da conquista de uma estabilidade, apesar do seu aspecto não linear. A dinâmica da sua mobilidade profissional é semelhante à de Ruth no que diz respeito às oscilações entre os diferentes tipos de emprego e atividade. As incessantes tentativas se sustentam por uma expectativa de mobilidade ascendente, embora, de forma ampla, inserem-se nas oscilações características da “mobilidade lateral” vividas por membros das classes populares urbanas contemporâneas (Telles, 2006).

Ao longo do tempo, Carla manteve a costura como uma atividade extra, a que volta sempre de tempos a tempos. O ofício, aprendido quando ainda era quase uma criança, foi ensinado por sua madrinha justamente pelo intuito de lhe capacitar ao trabalho e, de forma imediata, fazê-la contribuir com as contas da casa. Tal como a Ruth, que frequentemente tem se acionado como vendedora ambulante, não precisou anunciar seu comprometimento profissional relacionado ao ofício da costura ou ao setor têxtil (Dubar, 2012). Por outro lado, foi esse conhecimento prático que lhe permite manter-se ativa em momentos de ruptura: abarca, portanto, não somente as habilidades manuais do ofício, mas o conhecimento do funcionamento dos circuitos de produção e de distribuição, tendências da moda, precificações, relação com a clientela, compra de materiais, fluxo de mercadorias etc. (Georges e Freire da Silva, 2008).

Tal como Ruth, Carla iniciou a vida de trabalho precocemente, em razão da ausência de um pai e, no seu caso, de ambos os pais. As duas histórias

demonstram como, desde a infância, as relações familiares podem se converter em relações de subordinação, ligadas à sobrevivência do grupo, atrelando-as a obrigações tanto no campo produtivo quanto reprodutivo. Por isso, para Ruth e Carla, a busca por independência se deu, primeiramente, pela desvinculação de sua rede familiar primária, efetuada através do matrimônio, compreendida por elas como a saída moralmente mais aceita e, portanto, também mais plausível.

Se o emprego se constituiu em um meio para a autonomização (econômica) dessas mulheres quando saem de casa, as relações de subordinação salarial também foram vividas em vários momentos das trajetórias como algo a se liberar. Carla tenta várias vezes se tornar independente do vínculo empregatício, no seu caso, no setor da impressão onde adquiriu uma sólida experiência, processo semelhante à trajetória de Ruth no setor dos restaurantes. A desistência dos empregos muitas vezes decorria de circunstâncias de precariedade, a exemplo do segundo emprego de Carla como encarregada em uma gráfica; ou as várias cozinhas em que Ruth foi empregada e sub-remunerada; e/ou as atividades nas quais elas acabaram se inserindo sem que necessariamente tivessem algum tipo de aptidão ou identificação, como foi a inserção de Carla no setor de limpeza de um hospital, e também como responsável pela gestão da cantina dos trabalhadores da CET; ou, no caso de Ruth quando, ainda jovem, foi inserida por sua mãe em trabalhos como empregada doméstica.

Entretanto, ocorreu na história de Carla a abdicação do emprego na gráfica, em que já tinha vários anos de experiência, ocupava um cargo de gerência e recebia um salário relativamente elevado para o seu nível de qualificação. A demissão pode ser considerada a primeira¹⁴ bifurcação de sua biografia¹⁵ (Bidart, 2006; Grossetti et al., 2009)¹⁶. Conforme Bidart (2006: 53):

14 Pelo menos, foi considerada como tal por ela, e reivindicada durante a entrevista frente a uma pesquisadora branca, estrangeira, de classe média.

15 A bifurcação biográfica diz respeito a uma mudança significativa na orientação de uma trajetória, cujo momento e resultado eram imprevisíveis tanto para o ator como para o sociólogo. A análise de bifurcação acaba por ser de grande poder heurístico, uma vez que assim se revelam os diversos e dinâmicos “ingredientes da ação”, bem como as suas escalas e temporalidades implicadas (Bidart, 2006). Todavia, a autora não propõe uma reflexão sistemática acerca da natureza da esfera de origem dessas mudanças, contaminando as outras esferas da vida, conforme características sociais e origem de classe do sujeito.

16 O artigo de Bidart, assim como a coletânea organizada por Grossetti et al., fornecem um inventário interessante de várias abordagens e reflexões metodológicas francesas e norte-americanas acerca da análise da mudança das dinâmicas de trajetórias sócio-profissionais, tanto qualitativos como quantitativos (no caso de Bidart). Não obstante, o ponto de partida subentendido é a referência a carreiras profissionais estáveis e, a princípio ascendentes, oriundos de uma outra conjuntura mundial, assim como, impregnado, e pouco refletido, pela origem de classe média, de um país do centro, origem também dos próprios sociólogos. Nesse sentido, impõe-se uma reflexão complementar acerca da frequência e radicalidade das consequências de tais “bifurcações” num país “do Sul” periférico, entre os membros das classes populares.

As consequências de uma bifurcação vão para além do âmbito da decisão aí tomada, da ação aí empreendida. Ocorre em várias escalas e em domínios heterogêneos. Esta “contaminação” de esferas contribui certamente para produzir irreversibilidades: o ator não pode controlar todas as implicações e efeitos indiretos das suas escolhas. [tradução livre]

Ainda que Carla tenha expressado certo pesar pelo que “poderia ter sido” de si se tivesse feito diferente, atribuiu a decisão à necessidade de educar a filha pequena de perto. Diante do nascimento dos outros dois filhos em seguida, priorizou os cuidados com a família por quase dez anos, encontrando, nesse período, possibilidades de trabalho apenas em empreendimentos autônomos de baixo rendimento em um ramo em que já estava habituada e pelos quais conseguia manter-se mais tempo em casa (Machado da Silva, 1979). Ela valoriza ainda mais essa “escolha” porque ela própria cresceu sem os seus pais, e usa este episódio para reivindicar seu crédito pela educação das suas três filhas, referindo-se a elas, de maneira orgulhosa, como adultas moralmente corretas.

As rupturas e bifurcações biográficas se devem de forma importante, às injunções contraditórias criadas pelas políticas públicas, tais como a relativa ao acesso à habitação social, ou ao direito à saúde (no caso de Ruth). Uma segunda bifurcação biográfica é identificada quando a família de Carla foi finalmente beneficiada, através de um sorteio, com a casa própria pela COHAB. Se o programa de habitação social a tiraria da incômoda situação da moradia “de favor” na casa de um familiar, atendendo ao popular sonho da casa própria, por outro lado, levar-lhe-ia novamente a viver em um território segregado, na periferia da cidade, produzindo uma distância impraticável entre o emprego e seu novo lar. Põe-se sobre Carla um impasse fundamental entre a manutenção do emprego de “carteira assinada”, considerado então uma conquista por ela, e a garantia de moradia para toda a família. A indecibilidade entre as urgências de trabalho e moradia é a expressão em menor escala da reprodução da segregação sócio-espacial que se reproduz também através do próprio Estado (Lavos, 2009), uma dimensão importante da espoliação urbana (Kowarick, 2009).

O acesso à casa própria tem um significado que vai muito além do direito ou necessidade de habitação, mas inclui a dimensão mais ampla da segurança social (Kowarick, 2009), mais ampla, inclusive, que a proteção pelo trabalho formalizado poderia oferecer. No mundo popular onde o acesso aos benefícios sociais é raramente uma garantia ou decorrência direta do “direito”, o acesso à propriedade imobiliária pode assumir significados muito diferentes, dependendo da mudança das circunstâncias das pessoas ao longo das suas vidas. Neste

sentido, para além de fugir à dependência de um membro da família que a abrigava, a possibilidade de acesso à propriedade imobiliária constitui a obtenção de uma forma de garantia para enfrentar adversidades, tais como o desemprego e a retomada dos riscos financeiros do trabalho autônomo, o que pode explicar o gesto de Carla.

Um último ponto a ser destacado diz respeito ao papel central que as políticas sociais cumprem nas estratégias familiares dessas duas mulheres. Carla somente consegue se estabelecer no mercado de trabalho formal propiciado por um programa público de promoção de empregos no próprio setor público. Em seguida, foi no contexto das “novas” políticas sociais que o perfil de mulheres como Carla (mais velhas, com baixa escolaridade, moradoras de periferias) encontram maior empregabilidade, mesmo porque tais políticas sociais dependem do papel de mediação (mesmo moral) que as trabalhadoras “nas pontas” desempenham nestes territórios (Cabanes e Georges, 2009¹⁷; Georges, 2011; Georges e Santos, 2016).

De outro lado, para além de uma gramática dos direitos, Ruth encontra nos benefícios sociais (que vêm e vão) o contrapeso para a definição de suas estratégias de renda pelo trabalho, via de regra por fora dos parâmetros convencionais do assalariamento. Contando com um montante fixo (ainda que mínimo) dos benefícios, atenuaram-se os riscos de suas atividades por conta própria, seja em suas tentativas de empreendimentos ou, de modo contínuo, à prática do comércio ambulante. A disposição para trabalhar na rua, a qualquer momento que precise, ainda é seu “seguro de vida”. Dessa forma, analogamente ao que ocorre com Carla por outras vias, a incorporação das políticas sociais nas estratégias familiares parece também reforçar os papéis femininos na família a que lhe foram atribuídos desde a socialização primária. Inclui-se, de forma central, o papel de mediação entre os vários domínios da família, entre recursos e contingências, e que fazem articular a gama de políticas sociais como uma “constelação” (Rizek, 2018). No entanto, mesmo se a articulação de diversas políticas, programas e serviços pôde fazer uma diferença na vida das classes populares brasileiras durante o período em que o PT governava o Brasil (2003-2016), conforme Rizek (2018), a sua efetivação na vida, em particular das mulheres pobres, depende tanto do seu papel de mediação entre políticas e as diferentes esferas de suas vidas – como tentamos argumentar aqui –, bem como de sua interconexão com o universo das diversas relações privadas familiares e interpessoais (Georges e Santos, 2020).

17 Ver trajetória de Irllys, no fim do volume.

Considerações finais

As aproximações e recorrências provenientes da comparação entre estas duas trajetórias permitem o levantamento de novas questões de pesquisa, mais do que respostas definitivas.

(1) Uma primeira observação diz respeito aos tipos de atividades realizadas, cujas classificações dependem menos da natureza do trabalho, ou dos seus status legais, do que do sentido que tomam no conjunto da trajetória dessas mulheres. Assim, chama a atenção a mobilização de dois tipos de atividades “autônomas”. Um primeiro tipo diz respeito a ofícios que ambas aprenderam ainda na infância¹⁸ (ou ao sair dela): o comércio ambulante, no caso de Ruth; e a costura, no caso de Carla. Trata-se de atividades tipicamente associadas à noção de “trabalho informal” e que são economicamente centrais para a reprodução social de famílias dos meios populares urbanos. É o que permite “quebrar um galho”, ou “segurar a onda”, em cada momento que demanda readaptação (Stiegler, 2019) e/ou um novo recomeço. Chama a atenção o contraste entre a frequência com que acionam essas atividades intermitentes; e o pouco valor ou importância que elas lhes dão no sentido da elaboração de suas identidades profissionais (Dubar, 1998; 2012). Isso ocorre por mais que suas disposições para acioná-las tenham características perenes, paradoxalmente contrastantes à flexibilidade e à precariedade de tais atividades.

O segundo tipo de atividade autônomo abarca as tentativas de abertura de um “negócio próprio”: no ramo dos restaurantes, no caso de Ruth, ou no ramo das gráficas, no caso de Carla. Em ambas situações, a abertura de uma empresa (em sua forma mais convencional) surgia como decorrência de suas carreiras então descendentes no mercado de trabalho formal. Nessas trajetórias, o “desejo pela autonomia” (Bureau e Corsani, 2014) se conformou, gradualmente, como o caminho mais plausível de autorrealização nas áreas em que mais se identificavam profissionalmente. Interessante notar ainda, a partir da história de Carla, que o assalariamento somente se ajustou a sua trajetória quando ela se inseria no setor de saúde pública, já em uma idade mais avançada, em posições em que as disposições femininas ao cuidado são valorizadas – e assim instrumentalizadas (Georges e Santos, 2012; 2016).

(2) Uma segunda observação diz respeito às *bifurcações biográficas* observadas nas trajetórias. Diferentemente da abordagem de Bidart (2006), as *bifurcações* não foram foco de atenção primária em nossas pesquisas, mas saltaram aos

18 Delimitamos dessa forma ainda que as diferentes etapas da vida sejam uma construção social, para além da idade biológica.

nossos olhos não somente devido ao seu caráter heurístico, conforme aponta a autora, mas também em função de sua frequência e a intensidade em termos de impacto sobre a trajetória profissional em que despontam na elaboração da narrativa dessas mulheres. Isso é informado, primeiro, por fatores estruturais – notadamente classe, sexo e raça¹⁹ – que conformam trajetórias conturbadas, marcadas por uma naturalização da situação de “crise”. Retomando a perspectiva de Ruth: “Esse país nosso é assim né. Sempre teve crise né”.

Além disso, a análise das bifurcações biográficas aponta também para a maneira desigual com que as adversidades são experienciadas entre homens e mulheres (Fassin, 2018), funcionando como reveladores dos padrões de gênero incorporados. Constituem-se como situações limites, em que os sujeitos ficam obrigados a hierarquizar suas necessidades. Se a interação entre diferentes esferas da vida e o entrelaçamento de várias temporalidades não são especificidades desses momentos de inflexão nas trajetórias, são nestes cortes temporais que o papel feminino de mediação ganha relevo. As trajetórias analisadas demonstram como esse aspecto se agrava, no caso de mulheres moradoras das periferias, em meio a injunções contraditórias provocadas por políticas sociais, por vezes entre políticas públicas. Por exemplo, como, no caso de Carla, pela possibilidade de acesso à casa própria que, ao fim, provocou sua saída do trabalho “fichado”; no caso de Ruth, a dificuldade de acesso à política pública de saúde, conquistada finalmente por via judicial. Salvar a vida do marido – opção de Ruth – resultou no consumo de serviços privados pagos, assim como na perda do restaurante e de todas as suas economias.

Ora, questionar as relações entre “empreendedorismo” e gênero necessita tanto dar conta das temporalidades específicas das transformações do trabalho das mulheres para as quais formas de trabalho que se tornaram dominantes recentemente constituem uma permanência (Abílio, 2018; Georges, 2015; 2018). Da mesma maneira, podem interrogar o que pode ser entendido pela agência, ou o “protagonismo”, das mulheres pobres através das relações entre dominação e emancipação/autonomização. Em suma, trata-se de uma apropriação de seu destino (de classe) que lhes parece incontornável.

Desta forma, compreendendo o relato de vida como uma reelaboração situada sobre si diante de certo(s) espectador(es) – trata-se de uma (re)apresentação (Bourdieu, 1986; Bertaux, 1980), por vezes performáticas –, a descrição

19 No texto presente, não entramos na discussão das possíveis imbricações entre estas categorias e tampouco no seu funcionamento (ou não) como marcadores sociais conforme seus contextos (Santos e Georges, 2020).

destas *bifurcações* revela os “ingredientes” da ação (Bidart, 2006). Nesse sentido, conforme Bidart, é o momento pelo qual as ambivalências latentes se tornam visíveis pelo balanço que os sujeitos são levados a realizar. Elas revelam nesse momento tanto o seu “habitus” (Bourdieu, 2013), ou as suas “disposições” subjacentes à agência (Lahire, 2001), reproduzindo formas de dominação e de dependência encastradas, como no caso de Ruth e Carla. No contexto contemporâneo, a construção do suposto “empreendedorismo feminino” surge como modo de sustentação da família, isto é, através da imbricação da responsabilidade pela reprodução do grupo familiar, e da responsabilidade pelo trabalho produtivo, assim como para arcar com as injunções contraditórias produzidas por essas responsabilidades múltiplas.

Contrariamente ao que ocorre aos homens, parece socialmente aprovado, e legítimo para as mulheres, que aceitem uma inflexão em suas trajetórias laborais, proveniente de um evento externo à esfera profissional. Não obstante, pelo menos nas representações de suas vidas produzidas na interação com o/a pesquisador/a, elas invertem os estigmas sociais (Goffman, 1975) que carregam para reivindicarem seu “protagonismo” e darem um sentido às suas vidas, pista de pesquisa a ser aprofundada. Em particular, seria interessante prosseguir a reflexão acerca dos sentidos que homens e mulheres dos meios populares dão ao embaralhamento entre as diferentes esferas da vida, assim como de suas injunções contraditórias, o que compreendemos como uma dimensão central das formas de desapropriação do capitalismo contemporâneo.

Referências:

- ABILIO, Ludmila C. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, v. 31, 2018, pp. 54-61.
- ABREU, Alice de Paiva; SORJ, Bila (Org.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1993.
- ACQUARO, Juliane. *Empreendedorismo feminino ou trabalho por conta própria? Um estudo sobre trabalhadoras na cidade de São Carlos/SP*. Dissertação de mestrado, Sociologia, São Carlos, UFSCar, 2018.
- ARAÚJO FILHO, Tarcísio P. Os toreros em Belo Horizonte: construindo caminhos na contramão das ruas da cidade. *Cadernos CERU (USP)*, v. 29, 2018, pp. 361-388.
- BERTAUX, Daniel. L'approche biographique : sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers internationaux de Sociologie*, n. 69, 1980, pp. 197-225.
- BIDART, Claire. Crises, décisions et temporalités: autour des bifurcations biographiques. *Cahiers internationaux de sociologie*, v. 1, n. 120, 2006, pp. 29-57.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.

- L'illusion biographique*, v. 62-63, 1986, pp. 69-72.
- _____. *O senso prático*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2013
- BUREAU, Marie-Christine; CORSANI, Antonella. Du désir d'autonomie à l'indépendance, *La nouvelle revue du travail* [Online], v. 5, 2014.
- CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele, TELLES, Vera da Silva. (Org.). *Saídas de emergência. Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.
- CABANES, Robert, GEORGES, Isabel. (Org.). *São Paulo, la ville d'en bas*. Paris, Harmattan, 2009.
- DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel, Introduction. Gouverner les pauvres en Amérique latine. Gérer les femmes par l'assistance. In: DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel. (Org.). *Le care, face morale morale du capitalisme. Assistance et police des familles en Amérique latine*. 1. ed. Bruxellas, Peter Lang, v. 1, 2017, Pp. 15-56.
- DIEESE. Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. *Estudo e Pesquisas*, n. 96, 2020, pp. 01-30. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- DRUCK, Graça, OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. *Revista VeraCidade*, v. 3, n. 3, 2008.
- DUBAR, Claude. Trajectoires sociales et formes identitaires: clarifications conceptuelles et méthodologiques. *Sociétés contemporaines*, n. 29, 1998, pp. 73-85.
- _____. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cad. Pesqui.* São Paulo, v. 42, n. 146, 2012, pp. 351-367.
- FASSIN, Didier. *De l'inégalité des vies*. Paris, Fayard, Collège de France, coll. Leçons inaugurales, 2020.
- FASSIN, Didier. *La vie, Mode d'emploi critique*. Paris, Seuil, 2018.
- FELTRAN, Gabriel de S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora da Unesp/CEM, 2011.
- FREIRE DA SILVA, Carlos. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele, TELLES, Vera da Silva. (Org.). *Saídas de emergência. Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011, pp. 57-73.
- GAGO, Veronica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Editora Elefante, 2018.
- GEORGES, Isabel. Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo, *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, 2011, pp. 73-85.

- _____. O outro lado da formalização do trabalho do *care* no Brasil, *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 16, n. 32, set./dez. 2015, pp. 169-187.
- _____. New public Policies and Care work at the crossroads of formalisation/informalisation (Brazil), *Journal of Latino/Latin-American Studies* (JOLLAS), v. 9, n. 1, 2018, pp. 51-64.
- GEORGES, Isabel; FREIRE DA SILVA, Carlos. A naturalização da precariedade: trabalho informal, “autônomo” e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, n. 19, 2008, pp. 79-95.
- GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele S. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. *Contemporânea*, v. 6, n. 1, 2016, pp. 51-73.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. Care e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. (Org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Atlas, 2012, pp. 166-182.
- _____. A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis, *Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público*. Rio de Janeiro, Ed. Faperj/Lamparina, 2013, pp. 159-177.
- _____. Tessituras da mobilidade de mulheres: economias morais, mercados políticos e zonas de indistinção, In : GEORGES, Isabel, TIZZIANI, Ania. (Org.). *Dinâmicas do mundo do trabalho en Argentine et au Brésil: transições, mobilidades e deslocamentos/Dinâmicas del mundo del trabajo en Argentina y Brasil: transiciones, movilidades, desplazamientos*, São Paulo, Alameda, Coll. SAGEMM, 2020, pp. 301-338.
- _____. *As “novas” políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local de serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.
- GEORGES, Isabel, VIDAL, Dominique. La formalisation de l’emploi à l’épreuve du travail invisible. Deux cas de figure de travailleuses de service au Brésil. *Sociétés contemporaines*, n. 87, 2012, pp. 25-47.
- GOFFMAN, Erving. *Stigmate: les usages sociaux des handicaps*, Paris, 1975 (1^a ed. *Stigma: Notes on the management of Spoiled identity*, Upper saddle River, 1963).
- GROSSETTI, Michel ; BESSIN, Marc; BIDART, Claire. (Org.). *Bifurcations. Les sciences sociales face aux ruptures et à l’évènement*, Paris, Ed. La Découverte, 2009.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural*. Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- LAVOS, Ana Paula T. Sociabilidade em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes. São Paulo: Dissertação de Mestrado - Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, 2009.
- LAUTIER Bruno. *L’Economie informelle dans le tiers-monde*. Paris, Editions La

- Découverte - Repères, 1994.
- LIMA, Jacob C.; COCKELL, Fernanda F. As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde. *Trab. educ. saúde[online]*, v. 6, n.3, p. 481-502, 2008.
- LIMA, Jacob. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias (UFRGS. Impresso)*, v. 12, p. 158-198 2010.
- _____. A nova informalidade. In IVO, Anete, B. L. (coord.). *Dicionário temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013, p.330-336
- ITIKAWA, Luciana F. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 18, p. 57-76 2016.
- JESUS, Cláudio. R. de. *A geografia humana do camelô belo-horizontino*. Tese (Doutorado em Geografia), Belo Horizonte, IGC – Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*, São Paulo: Editora 34, 2009.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado. In: LEITE LOPES, José Sérgio (orgs.), *Mudança Social no Nordeste: estudos sobre trabalhadores urbanos*. Paz e Terra, 1979, p. 179-210.
- _____. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, v. 15, n. 37, p. 81-109, 2002.
- MARCUS, George E., “Ethnography in/of the world system: The emergence of Multi-sited ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, N° 24 (1995), pp. 95-117.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- PÉREZ SÁINZ, Juan Pablo. Globalización y neoinformalidad en América Latina. *Nueva sociedad*, n. 135, p. 36-41 1995.
- PRANDI, Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978
- RANGEL, Felipe; ARAÚJO FILHO, Tarcísio P. A gestão neoliberal do comércio de rua: um estudo comparado de duas metrópoles brasileiras, In GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele S., BREDÁ, Thalles (orgs.), *Produção e Reprodução das Formas de Sociabilidade: Dimensões Territoriais e Multi-Escalares*, São Paulo, Alameda, Coll. SAGEMM, 2021. (no prelo)
- RANGEL, Felipe. *O trabalho informal no comércio popular: resignificando práticas na nova cultura do trabalho*. Dissertação de Mestrado (Sociologia), São Carlos, UFSCar,

2015.

- RIZEK, Cibele S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, v.11, n.21, p.49-58, 2006.
- _____. Prefácio. In: Cunha, Marcia, Georges, Isabel, Ota, Nilton. (Org.). *Tempos do Social e da Política*. 1ed.São Paulo: Alameda Editora, 2018, v. 1, p. 13-17.
- ROSENFELD, Cinara L. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 89, p.115-128, 2015.
- SABINO, André M.; ABILIO, Ludmila C. Uberização - O empreendedorismo como novo nome para a exploração. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento humano*, v. 2, p. 109-135, 2019.
- SANTOS, Yumi Garcia dos, GEORGES, Isabel, A formação de um grupo profissional: entre permanências e mudanças das agentes de execução de programas sociais sob o pisma de gênero, classe e raça”, *Política & Trabalho, Revista de Ciências sociais*, Ano XXXVII, n. 53, p. 90, 2020.
- SUPIOT, Alain. Les nouveaux visages de la subordination, *Droit social*, n. 2, p. 131-145, 2000.
- STIEGLER, Barbara, *Il faut s'adapter. » Sur un nouvel impératif politique*. Paris: Gallimard, 2019.
- TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana, *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

Recebido em: 13/05/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

- FILHO, Tarcísio Perdigão Araújo e GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. A gestão do próprio trabalho e vida: uma discussão sobre “empreendedorismo” e gênero a partir de duas trajetórias socioprofissionais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 875-904.